

magalhães Antônio Carlos teme subida da inflação

3 - MAI 1991

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — Depois de conversar durante quase uma hora com o presidente Fernando Collor no Palácio do Planalto, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem que está preocupado com o risco de que a inflação volte a subir já a partir de julho. Para o governador, a área econômica do governo precisa começar a preparar medidas que evitem a retomada do processo inflacionário. "As medidas em vigor hoje são eficazes por algum tempo, mas não por muito tempo. Já se deve pensar em medidas complementares, que dêem segurança ao investidor", afirmou Antônio Carlos. "No momento, o país enfrenta uma inflação aparentemente suportável, mas existem riscos de que ela se torne ascendente a partir do segundo semestre", acrescentou.

Antônio Carlos acredita que a primeira iniciativa do governo no campo econômico deve ser feita na direção do empresariado. "O governo precisa diminuir suas frentes de luta, a começar pelo empresariado, pois ninguém tem forças para lutar com todos ao mesmo tempo", disse. "Além disso, o governo não pode ignorar a importância do empresário no processo de estabilização. Sem investimentos, não se sai da crise." Fiel aliado da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o governador

da Bahia disse que a ministra está muito empenhada na condução da política econômica.

Marajás — Em sua passagem ontem por Brasília, o governador aproveitou para ampliar a denúncia feita por ele de que a Caixa Econômica Federal possui marajás com salários de até Cr\$ 13 milhões. A tarde, depois de se reunir com o presidente Collor, o governador foi recebido pelo presidente da Caixa, Lafayette Coutinho, e saiu satisfeito da conversa. "Se todos os homens públicos tivessem o comportamento do doutor Lafayette, o país não estaria dessa forma", afirmou ACM.

O presidente da Caixa, que telefonou no início da manhã para Antônio Carlos antes de recebê-lo em seu gabinete, determinou que o departamento jurídico da instituição tomasse as medidas necessárias para que a questão dos marajás seja solucionada. ACM denunciou que cinco servidores da Caixa, cedidos ao governo baiano, recebiam desde 1987 salários pagos pelo Tesouro estadual. "Essa situação acabou quando tomei posse, mas creio que devam existir pelo menos uns 50 funcionários nessa situação", garantiu o governador.

O governador mostrou a Coutinho quatro faturas emitidas pela Caixa em fevereiro e março deste ano, cobrando salários e encargos pelos serviços prestados por seus funcionários à Bahia. A primeira fatura exibida era do funcionário Francisco Liguri, ex-diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), que controla o Pólo de Camaçari, no valor de Cr\$ 10,7 milhões, dos quais Cr\$ 7,9 milhões referiam-se à remuneração de Liguri e o restante, aos encargos trabalhistas.

Outra fatura exibida pelo governador baiano cobrava os serviços de Heraldo Moreira de Mattos, lotado na representação do governo baiano no Rio, no valor de Cr\$ 13,8 milhões, dos quais Cr\$ 8,8 milhões de remuneração e o restante de encargos. As outras duas faturas, cada uma de Cr\$ 2 milhões, cobravam serviços prestados pelos funcionários Zorilda Liguri, mulher de Francisco Liguri, e Fernando Palma, ambos lotados na Secretaria de Planejamento. Os quatro ainda recebiam 30% do salário pelos cargos em comissão que ocupavam.

O presidente da Caixa determinou que uma equipe de auditores seguisse do Rio para Salvador para apurar as denúncias de Antônio Carlos Maga-

lhães. Os quatro funcionários da Caixa passaram à disposição do estado da Bahia em 13 de julho de 87, em consequência de um convênio para cessão de empregados assinado pelo então governador Waldir Pires. Segundo o governador baiano, os funcionários da Caixa que prestavam serviços ao estado foram indicados pelo ex-secretário de governo de Waldir Pires e ex-presidente do Desenbanco, Murilo Leite.

A variação de preços da terceira quadrissemana de abril, de 7,01%, ficou estável em relação ao período anterior, quando registrou 6,99%. Vestuário (18,53%), Habitação (12,05%) e Alimentação (7,25%) foram os itens que mais pressionaram o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe). O índice ponta-a-ponta também ficou estável, registrando 6,21%, na terceira semana de abril, contra 6,09% da semana anterior. O resultado revela que mudou a tendência de queda do IPC, que registrava queda desde março. O IPC sente os efeitos da alta de preços dos produtos hortigranjeiros (21,83%), que o ponta-a-ponta já vinha indicando.